



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

I PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

2012-2013



SUMÁRIO

1. Apresentação	03
2. Identidade: Missão, Visão e Valores de TI	05
3. Estrutura Organizacional	05
4. Organograma	07
5. Análise Ambiental (matriz SWOT)	08
6. Alinhamento Estratégico	09
7. Objetivos Estratégicos da TI	10
8. Ações Estratégicas por Objetivo Estratégico	10
9. Mapa Estratégico	14
10. Ações Estratégicas Prioritárias.....	15
10.1. Introdução	15
10.2. Ações Estratégicas por Área de TI	16
11. Apêndice	17
11.1. Plano de Ação	
11.2. Cronograma Anual por Área de TI	
11.3. Planilhas de Monitoramento de Projetos	



1. APRESENTAÇÃO

O presente Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) tem por finalidade atribuir organicidade às ações desenvolvidas pela Coordenadoria de Informática da Defensoria Pública do Estado do Ceará, com vistas a potencializar os resultados decorrentes das soluções tecnológicas colocadas a serviço das atividades finalísticas e otimizar o atingimento dos Objetivos Estratégicos estabelecidos no Plano Estratégico da Instituição.

No mês de maio do corrente ano, a Defensoria Pública aprovou o seu primeiro Planejamento Estratégico, contemplando várias estratégias e iniciativas alinhadas às diretrizes estabelecidas no Programa de Gestão da atual administração para o biênio 2012-2013.

Nesse sentido, várias ações e projetos acolhidos pelo Plano Estratégico refletem o comprometimento com o aperfeiçoamento da Defensoria Pública na área de gestão, sempre com vistas a alcançar padrão de excelência tanto na atividade-meio como na atividade-fim. E essa busca por excelência não pode prescindir das soluções tecnológicas disponibilizadas pela informática, sobretudo ante a constatação de que, modernamente, gestão e tecnologia são grandezas que não podem caminhar dissociadas, seja no setor público, seja no setor privado.

O planejamento das ações a serem desenvolvidas pela Coordenadoria de Informática sobeja em importância na medida em que o crescimento obtido pela DPGE nos últimos anos tem implicação direta no aumento das demandas relacionadas a TI em termos qualitativos e quantitativos. Dessa forma, sendo muitos os desafios e limitados os recursos materiais e humanos, a atuação de forma coordenada, orientada pelo vetor diretrizes – objetivos estratégicos – ações estratégicas – metas, é de fundamental importância para assegurar soluções eficientes, que agreguem valor e otimizem a consecução dos fins institucionais.

Além disso, o diálogo entre planejamento, gestão e soluções tecnológicas tende a potencializar uma visão sistêmica da Defensoria, favorecendo a compreensão da integralidade institucional, em contraposição a uma percepção fragmentada dos desafios institucionais, com ganhos evidentes no que concerne a aspectos como motivação, comprometimento da equipe e atingimento de resultados.

Importante mencionar ainda que o planejamento das ações de TI tem a propriedade de, além de permitir o alinhamento das ações às políticas institucionais fixadas no Plano Estratégico da Defensoria Pública, promover o alinhamento estratégico às diretrizes governamentais, favorecendo atuação sincronizada, uniformidade de linguagens tecnológicas e a produção de dados, estatísticas e informações gerenciais aptos a orientarem políticas públicas e processos decisórios, além de evidenciarem a relevância social das atividades finalísticas desenvolvidas pela Defensoria Pública.



Portanto, o Plano Diretor de Tecnologia da Informação traduz-se em instrumento essencial para orientar as ações e decisões sobre tecnologia e consolida a percepção da imprescindibilidade e da posição estratégica da TI para a Defensoria Pública.

Este documento foi elaborado com fundamento nas sugestões apuradas a partir das reuniões setoriais do planejamento estratégico e da interação entre os principais departamentos com funções afeitas à área, além da análise de levantamentos realizados pela TI, os quais serviram de subsídio para o mapeamento das principais necessidades e desafios, sempre buscando alinhá-los aos objetivos estratégicos da instituição. Os trabalhos foram coordenados pela Assessoria de Desenvolvimento Institucional em parceria com o Departamento de TI, além do suporte técnico da Etice e participação da Diretoria da DPG.

Os principais pontos críticos para o sucesso da implantação do PDTI são: a) trabalhar de forma coordenada nas ações que dependem de outros departamentos; b) compromisso com o atingimento de metas e resultados e a realização de tarefas nos prazos; c) permanente buscar por aperfeiçoamento das condições humanas e materiais; d) não permitir que as demandas do cotidiano dissipem a busca pelo cumprimento das ações estratégicas estabelecidas no Plano Diretor; e) interação permanente entre TI e Administração da DPGE.

Em conclusão, é importante consignar que este documento tem caráter dinâmico; logo, pode e deve ser atualizado de modo a acompanhar eventuais mudanças supervenientes no contexto vigente e/ou com vistas a promover ajustes tendentes ao melhor alinhamento às diretrizes institucionais. Nessa perspectiva, o presente PDTI expressa os desafios iniciais mais prementes, imprescindíveis a alavancar de forma mais importante o nível de desenvolvimento da Defensoria Pública em matéria de TI, de modo a ajustar, da forma mais eficaz possível, as soluções tecnológicas disponíveis às relevantes demandas existentes.



2. IDENTIDADE

IDENTIDADE INSTITUCIONAL DA CTI	
MISSÃO	Prover soluções em tecnologia da informação visando à excelência no serviço público, de modo a favorecer o desenvolvimento institucional e o atingimento dos objetivos estratégicos da Defensoria Pública do Estado do Ceará
VISÃO	Tornar-se referência nacional no desenvolvimento de soluções de tecnologia da informação no âmbito das Defensorias Públicas, além de ser reconhecida internamente como instrumento confiável, eficaz e eficiente no suporte às atividades finalísticas
VALORES	Inovação, superação, alinhamento estratégico, comprometimento com os resultados, cooperação, modernização, excelência em TI, utilização de software livre e comprometimento com a segurança da informação

3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

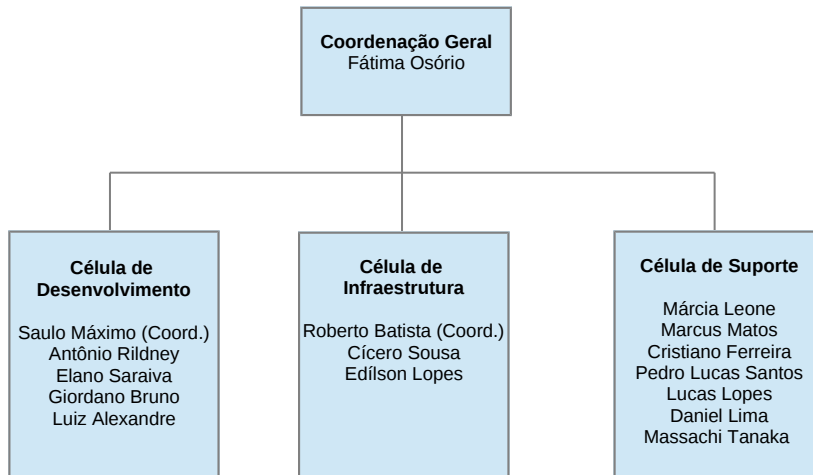
NOME	FUNÇÕES DESENVOLVIDAS
Antonio Rildney Cavalcante Freire	Análise de negócio de sistemas/processos; Implantação de sistemas; Suporte de sistemas; Teste de sistemas; Desenvolvimento de sistemas.
Cícero do Nascimento Sousa	Serviço de suporte a usuários nível 2; Manutenção do serviço de correio eletrônico; Configuração e manutenção de rede sem fio; Montagem e manutenção do cabeamento estruturado da rede local; Atendimento e suporte aos usuários do sistema do Tribunal de Justiça Ceará (E-SAJ); Gerenciamento de Backup's dos usuários; Acompanhamento dos serviços em rede e telefonia.
Cristiano Holanda Ferreira	Serviço de suporte a usuários nível 1; Montagem e manutenção geral de micro computadores, notebook's, formatação, particionamento, instalação e configuração de sistemas operacionais LINUX e WINDOWS.
Daniel Carneiro de Lima	Serviço de suporte a usuários nível 1; Montagem e manutenção geral de microcomputadores, notebooks, formatação, particionamento, instalação e configuração de sistemas operacionais LINUX e WINDOWS
Edilson Lopes Cabral	Acompanhamento dos serviços em rede e telefonia; Manutenção do serviço de correio eletrônico; Configuração e manutenção de rede sem fio; Montagem e manutenção do cabeamento estruturado da rede local; Atendimento e suporte aos usuários do sistema do Tribunal de Justiça Ceará (E-SAJ);



	Gerenciamento de Backup's dos usuários; Acompanhamento dos serviços em rede e telefonia.
Elano Saraiva Garcez	Desenvolvimento de sistemas; Propor soluções tecnológicas; Deploy de releases; Suporte de sistemas; Teste de sistemas Especificar tecnicamente soluções.
Giordano Bruno de Freitas Alves	Desenvolvimento de sistemas; Propor soluções tecnológicas; Deploy de releases; Suporte de sistemas; Teste de sistemas Especificar tecnicamente soluções.
Lucas Lopes Cabral Henrique	Serviço de suporte a usuários nível 1; Montagem e manutenção geral de microcomputadores, notebooks, formatação, particionamento, instalação e configuração de sistemas operacionais LINUX e WINDOWS.
Luiz Alexandre F. Vieira Junior	Análise de negócio de sistemas/processos; Implantação de sistemas; Suporte de sistemas; Teste de sistemas; Desenvolvimento de sistemas.
Marcia Leone O. Herculano	Administra o sistema de atendimentos do setor; Faz os primeiros atendimentos e a triagem dos chamados; Elabora os Termos de Referências para aquisição de equipamentos de TI; Responsável pelos atendimentos da capital e interior; Programa as viagens para o interior com o setor de transporte; Responsável pela entrega dos equipamentos do setor; Envia os relatórios dos atendimentos para o DECAI.
Marcus Antonio Batista Matos	Serviço de suporte a usuários nível 1; Montagem e manutenção geral de microcomputadores, notebooks, formatação, particionamento, instalação e configuração de sistemas operacionais LINUX e WINDOWS.
Massachi Tanaka	Serviço de suporte a usuários nível 1; Montagem e manutenção geral de microcomputadores, notebooks, formatação, particionamento, instalação e configuração de sistemas operacionais LINUX e WINDOWS.
Pedro Lucas de Oliveira Santos	Serviço de suporte a usuários nível 1; Montagem e manutenção geral de microcomputadores, notebooks, formatação, particionamento, instalação e configuração de sistemas operacionais LINUX e WINDOWS.
Roberto Batista de Albuquerque	Planejamentos, coordenação e execução de projetos de infraestrutura na rede LAN, WAN e WLAN; Análise para compra de equipamentos e serviços de T.I.; Propor planos de investimentos visando as atualizações tecnológicas; Administração de Servidores (Computadores de grande porte com sistemas que fornece serviços a uma rede de computadores) baseados em sistema operacional LINUX (Debian, CentOS, RedHat, etc), WINDOWS (Windows 2003/2008 server) dentre outros; Banco de Dados para Rede (MySQL, PostgreSQL, SQLserver, etc); Serviços necessários a rede como Servidor Firewall (dispositivo de segurança da rede local/internet), Servidor de Correio Eletrônico (E-mail), Servidor DNS (Domain Name System), DHCP (Dynamic Host Configuration Protocol), Servidor Samba (Serviço de compartilhamento de arquivos e impressoras), Servidor PROXY, FTP, VPN, Serviço Instant messenger; Servidor de Aplicações Web (Apache, GlassFish, TomCat, etc); Gerenciamento de Backup's dos Sistemas e Banco de Dados; Infraestrutura de Telefonia; dentre outras.
Saulo Máximo de Araújo	Gerenciar equipe de desenvolvimento Gerenciar os projetos de software Orientar colaboradores na execução de suas atividades Propor soluções tecnológicas Especificar tecnicamente soluções Análise de negócio de sistemas/processos Desenvolvimento de sistemas Deploy de releases Suporte de sistemas Implantação e teste de sistemas



4. ORGANOGRAMA DA TI





5. ANÁLISE AMBIENTAL

A análise ambiental, realizada pelos integrantes da Equipe de TI, compreende tanto a análise do ambiente externo quanto a análise do ambiente interno. A título de metodologia, foi utilizada a matriz SWOT, sigla que representa as iniciais das palavras em inglês que denominam os quatro principais eixos da autoavaliação: Strengths (forças), Weaknesses (fraquezas), Opportunities (oportunidades) e Threats (ameaças), conforme figura ao lado.



Eis a matriz de SWOT da TI/DPGE:

AMBIENTE INTERNO		AMBIENTE EXTERNO	
Pontos Fortes	Pontos Fracos	Oportunidades	Ameaças
Comprometimento com o cliente	Pouco envolvimento da TI no planejamento interno da instituição e no processo decisório	Valorização da TI pela alta gestão e por outras Defensorias Públicas	Dificuldade na realização dos processos licitatórios
Bom relacionamento interpessoal	Ausência de planejamento das ações na área de TI	Interação e colaboração dos parceiros de TI do Governo do Estado e da iniciativa privada	Resistência do usuário às inovações tecnológicas
Boa infraestrutura tecnológica	Quantidade de colaboradores insuficiente para atender as demandas	Integração com sistemas externos: TJCE, SEJUS e UNIFOR	Baixo conhecimento de TI por parte de alguns usuários
Oportunidade de capacitação dos colaboradores	Falta de definição da política de backup		
Nível de conhecimento dos colaboradores	Ausência de cumprimento e novas definições da política de segurança da informação		
Ambiente de trabalho com estrutura adequada	Ausência de local para o armazenamento de equipamentos de TI		
	Ausência de controle de uso de software não licenciado		



6. ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Conforme consta da apresentação do presente PDTI, um dos sentidos que orientam o planejamento da tecnologia da informação é permitir o alinhamento entre as estratégias do setor às estratégias institucionais e políticas públicas vigentes, com vistas a potencializar-lhes a eficácia. Nesse aspecto, as estratégias de TI definidas no presente documento foram desenvolvidas em consonância com os eixos estratégicos a seguir.

6.1. Plano Estratégico da Defensoria Pública

PERSPECTIVA	ESTRATÉGIA
Sociedade	Garantir celeridade e qualidade no atendimento das demandas da DPGE
	Implantação do programa de responsabilidade sócio-ambiental
Procedimentos Internos	Garantir a satisfação do usuário da DPGE
	Ampliar a informatização e virtualização das demandas internas
	Padronizar e otimizar as rotinas administrativas e atendimento ao usuário
Aprendizado e Crescimento	Promover o permanente aperfeiçoamento profissional dos membros e colaboradores da DPGE
	Ampliar o quadro de membros da DPGE e servidores do quadro técnico
Orçamento	Fomentar política de gestão e autonomia orçamentária

6.2. Modelo de Gestão da Tecnologia da Informação do Estado do Ceará

POLÍTICA	FONTE
Uso de Software Livre	Decreto nº 29.255/2008
Política de Segurança da Informação	Decreto nº 29.227/2008
Planejamento Estratégico	Resolução nº 01/2008 - CSTIC



7. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA TI

Os objetivos estratégicos consistem em 05 grandes grupos que condensam as Diretrizes da TI, fruto da interação da identidade (missão-visão-valores) com a análise ambiental (forças-fraquezas-oportunidades-ameaças), sempre observado o alinhamento estratégico institucional. Já as ações estratégicas representam a forma como esses objetivos serão alcançados, isto é, as ações que exteriorizam a busca pelo atingimento desses macro-objetivos. Foram definidas 25 ações estratégicas para TI, que estão divididas a seguir por objetivo estratégico e, mais adiante, por área da Coordenadoria de Tecnologia da Informação.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DE TI
1. Assegurar os meios necessários ao aperfeiçoamento e à modernização dos instrumentos de trabalho dos Defensores Públicos, garantindo suporte eficiente ao usuário para o desenvolvimento das atividades finalísticas
2. Contribuir para a eficiência no serviço público, celeridade no atendimento das demandas, economicidade e virtualização de rotinas e procedimentos
3. Prover soluções tecnológicas visando à modernização da Defensoria Pública na área de gestão e garantir a produção de informações gerenciais qualificadas
4. Investir na qualificação da infraestrutura e dos recursos humanos de TI
5. Favorecer o aperfeiçoamento da cultura dos usuários em matéria de tecnologia e segurança da informação, priorizando a utilização de software livre

8. AÇÕES ESTRATÉGICAS POR OBJETIVO ESTRATÉGICO

OBJETIVO ESTRATÉGICO DE TI	AÇÃO ESTRATÉGICA
1. Assegurar os meios necessários ao aperfeiçoamento e à modernização dos instrumentos de trabalho dos Defensores Públicos, garantindo suporte eficiente ao usuário para o desenvolvimento das atividades finalísticas	<p>1.1. Substituição de todos os microcomputadores com mais de 04 anos de uso</p> <p>1.2. Instalação de conexão a internet em todos os órgãos de atuação da Defensoria Pública na capital e no interior, com incremento das soluções tecnológicas próprias</p> <p>1.3. Instalação de novos scanners em órgãos de atuação que operem com digitalização de documentos</p> <p>1.4. Instalação de impressoras multifuncionais nos</p>



	<p>órgãos de atuação do interior</p> <p>1.5. Instalação de monitores duplos para Defensores Públicos que atuam com processos virtuais</p> <p>1.6. Municar todos Defensores Públicos com Notebook</p> <p>1.7. Criação da Central de Atendimento à distância para demandas de TI com controle informatizado dos chamados</p>
Estratégias Associadas (PEDP)	<p>Garantir celeridade e qualidade no atendimento das demandas da DPGE</p> <p>Garantir a satisfação do usuário da DPGE</p>

OBJETIVO ESTRATÉGICO DE TI	AÇÃO ESTRATÉGICA
<p>2. Contribuir para a eficiência no serviço público, celeridade no atendimento das demandas, economicidade e virtualização de rotinas e procedimentos</p>	<p>2.1. Virtualização dos processos administrativos internos da DPG</p> <p>2.2. Implantação do sistema informatizado de atendimento ao público</p> <p>2.3. Implantação da Unidade de Racionalização na Petição Inicial dotada de sistema para elaboração de petições-padrão de forma automatizada</p> <p>2.4. Implantação de sistema de videoconferência para transmissão remota de cursos, palestras e reuniões</p> <p>2.5. Integração dos sistemas da DPG ao e-SAJ</p> <p>2.6. Integração de sistemas entre as IES e a Defensoria</p> <p>2.7. Municar setores estratégicos com tablets</p> <p>2.8. Instalar sistema de painel eletrônico de chamada nos setores de petição inicial das comarcas do interior de Entrância Final</p>
Estratégias Associadas (PEDP)	<p>Garantir celeridade e qualidade no atendimento das demandas da DPGE</p> <p>Garantir a satisfação do usuário da DPGE</p> <p>Ampliar a informatização e virtualização das demandas internas</p> <p>Padronizar e otimizar as rotinas administrativas e atendimento ao usuário</p>

OBJETIVO ESTRATÉGICO DE TI	AÇÃO ESTRATÉGICA
<p>3. Prover soluções tecnológicas visando à modernização da Defensoria Pública na área de gestão e garantir a produção de informações gerenciais qualificadas</p>	<p>3.1. Implantação de sistemas para os departamentos de área-meio/gestão: almoxarifado, recursos humanos, controle de frota, patrimônio, financeiro, decaí, contratos</p> <p>3.2. Aperfeiçoamento do sistema de relatório virtual (Sirdp)</p> <p>3.3. Implantação de sistema para geração de relatórios</p>



	estatísticos
Estratégias Associadas (PEDP)	Padronizar e otimizar as rotinas administrativas e atendimento ao usuário Ampliar a informatização e virtualização das demandas internas Fomentar política de gestão e autonomia orçamentária

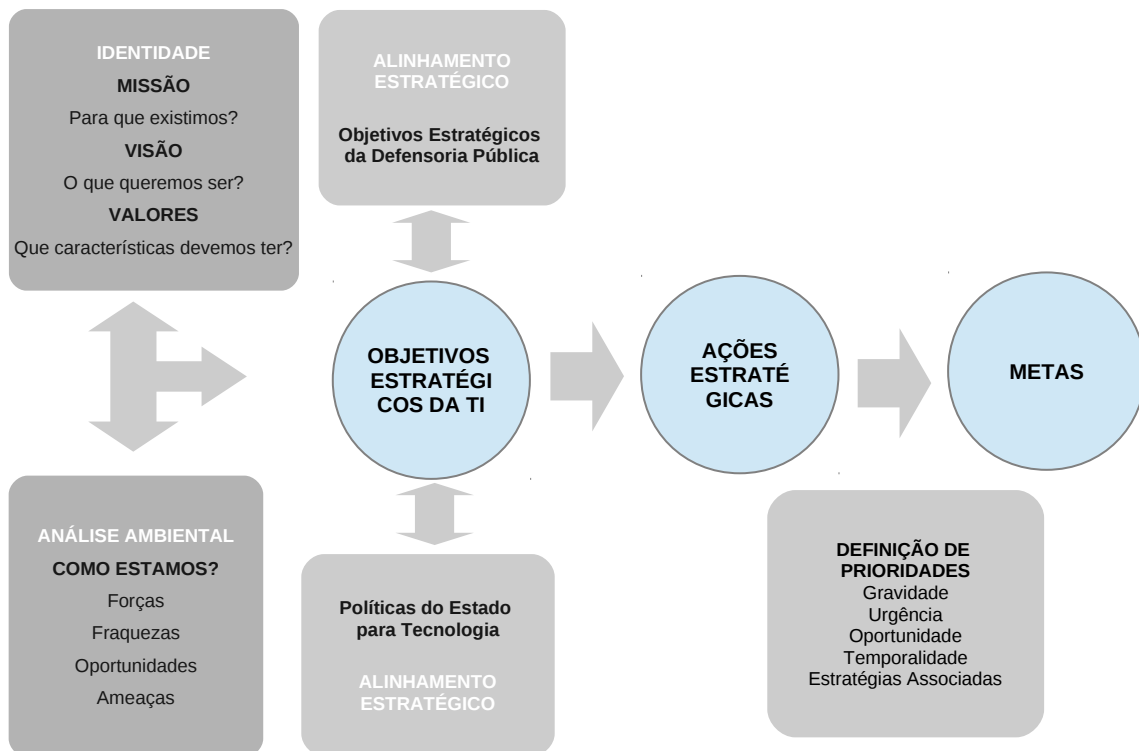
OBJETIVO ESTRATÉGICO DE TI	AÇÃO ESTRATÉGICA
4. Investir na qualificação da infraestrutura e dos recursos humanos de TI	4.1. Ampliação do quadro de colaboradores de acordo com as competências e habilidades necessárias ao atendimento das necessidades 4.2. Adequação do espaço físico de trabalho para contemplar as novas demandas 4.3. Capacitação permanente da equipe de TI 4.4. Instalação de microcomputadores de alta performance 4.5. Instalação de novos servidores
Estratégias Associadas (PEDP)	Ampliar a informatização e virtualização das demandas internas Promover o permanente aperfeiçoamento profissional dos membros e colaboradores da DPGE Ampliar o quadro de membros da DPGE e servidores do quadro técnico

OBJETIVO ESTRATÉGICO DE TI	AÇÃO ESTRATÉGICA
5. Favorecer o aperfeiçoamento da cultura dos usuários em matéria de tecnologia e segurança da informação, priorizando a utilização de software livre	5.1. Elaboração de cartilhas eletrônicas contendo orientações sobre: uso de documentos e meios de comunicação eletrônicos, segurança no manuseio dos equipamentos de informática, segurança da informação, política de instalação e utilização de softwares 5.2. Instalação de sistema operacional e aplicativos de trabalho <i>open source</i> em todas as máquinas da DPG e capacitação dos usuários
Estratégias Associadas (PEDP)	Ampliar a informatização e virtualização das demandas internas Promover o permanente aperfeiçoamento profissional dos membros e colaboradores da DPGE Implantação do programa de responsabilidade sócio-ambiental



9. MAPA ESTRATÉGICO DE TI

Com base na relação sinérgica entre os elementos que compõem o presente Plano Diretor de Tecnologia da Informação, podemos ilustrar o planejamento das ações estratégicas da Coordenadoria de Tecnologia da Informação da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará com o seguinte Mapa Estratégico:





10. AÇÕES ESTRATÉGICAS PRIORITÁRIAS

10.1. Introdução

A partir de uma avaliação cautelosa acerca das ações estratégicas de TI dotadas de maior potencial para impactar positivamente nos objetivos estratégicos institucionais, bem como tendo em vista o levantamento das necessidades mais prementes, foram escolhidas 18 (dezoito) ações prioritárias nas quais devem se concentrar os esforços das equipes de trabalho das Células da TI.

À medida em que forem sendo equacionadas as demandas mais prementes, com maior impactação do desenvolvimento institucional e no atingimento das diretrizes e objetivos estratégicos, as ações inicialmente classificadas como de menor prioridade terão elevado o seu status, de modo a proporcionar a permanente atualização do cronograma de execução.

Os critérios adotados para seleção de prioridades embasaram-se numa ponderação acerca dos fatores gravidade, urgência, temporalidade, oportunidade de resolução imediata e quantidade de objetivos estratégicos associados. De registrar que a atribuição de prioridade a determinado projeto não exclui a possibilidade de execução simultânea das demais ações, mas implica maior convergência de esforços para as ações classificadas como prioritárias, dotadas de maior potencial de impactação no atingimento dos objetivos estratégicos e no desenvolvimento institucional. Além disso, importante mencionar que todas as ações estratégicas constantes do presente Plano Diretor serão executadas até o final do biênio 2012-2013.

Dentre os projetos que refletem ações estratégicas dotadas de nível de prioridade mais elevado, 08 (oito) competem à Área de Desenvolvimento, 07 (sete) à Área de Infraestrutura e 03 (três) à Área de Suporte, conforme mapa contido no tópico seguinte. A cada ação estratégica corresponderá um plano de execução, que contemplará cronograma de execução e índices indicadores de resultado e de desempenho ao longo do tempo. O IIR indica o resultado global da ação estratégica quanto ao atingimento das metas estabelecidas. Já o IID indica se o andamento do cronograma de execução encontra-se a contento, isto é, se as atividades nas quais se decompõe a ação estratégica estão sendo realizadas no prazos.

Portanto, o monitoramento fundamenta-se em duas perspectivas, isto é, desempenho e resultado. A execução do Plano Diretor será monitorada através de reuniões periódicas a se realizarem entre a Coordenadoria de Tecnologia da Informação e a Assessoria de Desenvolvimento Institucional, conforme planilhas de monitoramento de execução contidas no apêndice.



Por fim, de registrar que as demandas eventualmente surgidas ao longo da execução do presente planejamento serão objeto de análise com vistas a avaliar-lhe o nível de prioridade, bem como a contextualizá-las no âmbito dos objetivos e ações estratégicas e assim possibilitar uma avaliação criteriosa sobre a plausibilidade da inclusão no plano de ação.

10.2. Ações Estratégicas Prioritárias por Área de TI

ÁREA DE TI	AÇÕES	INDICADOR	META-PREVISÃO
Desenvolvimento	2.1. Virtualização dos processos administrativos internos da DPG	Incremento percentual de processos virtualizados	Aumentar em 300% os tipos de processos administrativo tramitando virtualmente (nov/2013)
	2.2. Implantação do sistema informatizado de atendimento ao público	Quantidade de núcleos de petição inicial operando com sistema virtual de atendimento na Entrância Final	Implantar sistema virtualizado de atendimento em todos os núcleos que funcionam como petição inicial das comarcas de Entrância Final (nov/2013)
	2.3. Implantação da Unidade de Racionalização da Petição Inicial dotada de sistema de elaboração de petições-padrão de forma automatizada	Quantidade de petições sendo elaboradas de forma automatizada pela petição inicial	Automatizar a elaboração das 10 petições mais recorrentes da petição inicial (dez/2012)
	2.5. Integração dos sistemas da DPG ao e-SAJ	Integração realizada com sucesso	Integrar o Portal da DPG ao e-SAJ (fev/2013)
	2.6. Integração de sistemas entre as IES e a Defensoria	Integração realizada com sucesso	Integrar a IES de maior importância ao Portal da DPG (abr/2013)
	3.1. Implantação de sistemas para os departamentos de área-mei/gestão: almoxarifado, recursos humanos, controle de frota, patrimônio, financeiro, deca, contratos	Quantidade de sistemas em funcionamento	Implantar 07 sistemas para setores de área-mei/gestão (nov/2013)
	3.2. Aperfeiçoamento do sistema de relatório virtual (Sirdp)	Sistema operando com sucesso	Implantar sistema apto a colher dados do Portal e do Sirdp de forma automatizada e confiável, para fornecer estatísticas de produtividade à Corregedoria (dez/2012)
	3.3. Implantação de sistema para geração de relatórios estatísticos	Sistema operando com sucesso	Implantar sistema capaz de gerar informações gerenciais visando a atender às principais demandas externas (dez/2012)
Infraestrutura	1.1. Substituição de todos os microcomputadores com mais de 04 anos de uso	Quantidade de computadores substituídos	Substituir 100% dos computadores utilizados por Defensores Públicos com mais de 04 anos de uso (jun/2013)
	1.2. Instalação de conexão a internet em todos os órgãos de atuação da Defensoria Pública na capital e no interior, com incremento das soluções tecnológicas próprias	Quantidade de soluções para acesso à internet instaladas com sucesso	Municipar de acesso à Internet 100% dos órgãos de atuação (nov/2013)
	1.3. Instalação de scanners em	Quantidade de novos scanners em operação	Instalar 40 novos scanners (jun/2013)



	órgãos de atuação que operem com digitalização de documentos		
	1.4. Instalação de impressoras multifuncionais nos órgãos de atuação do interior	Quantidade de novas impressoras multifuncionais em operação	Instalar 20 novas impressoras multifuncionais para Defensores do Interior (jul/2013)
	1.5. Instalação de monitores duplos para Defensores Públicos que atuam com processos virtuais	Quantidade de microcomputadores com dois monitores instalados	Instalar dois monitores para 100% dos Defensores Públicos que atuam com processo virtual via e-SAJ (nov/2013)
	1.6. Municar todos Defensores Públicos com Notebook	Quantidade de notebooks distribuídos	Distribuir notebook para todos os Defensores Públicos em atuação na atividade-fim (mai/2013)
	4.5. Instalação de novos servidores	Quantidade de novos servidores em operação	Instalar 06 novos servidores (fev/2013)
Suporte	1.7. Criação da Central de Atendimento à distância para demandas de TI com controle informatizado	Central de atendimento à distância munida de sistema informatizado em operação	Instalar a Central de Atendimento à distância para demandas de TI (fev/2013)
	5.1. Elaboração de cartilhas eletrônicas contendo orientações sobre: uso de documentos e meios de comunicação eletrônicos, segurança no manuseio dos equipamentos de informática, segurança da informação, política de instalação e utilização de softwares	Quantidade de cartilhas distribuídas e cursos realizados com sucesso	Elaborar cartilha eletrônica e realizar curso para capacitação dos usuários (mar/2013)
	5.2. Instalação de sistema operacional e aplicativos de trabalho <i>open source</i> em todas as máquinas da DPG e capacitação dos usuários	Quantidade de computadores com sistema operacional e aplicativos de trabalho <i>open source</i>	Instalar sistema operacional e aplicativos de trabalho <i>open source</i> em 100% dos computadores utilizados por Defensores Públicos (nov/2013)



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

APÊNDICE